



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

TIPO 2 – VERDE

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por sessenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Buganvílias

Nossa casa é antiga, embora não secular – explicava-me aquela senhora – e o senhor sabe como essas construções antigas têm pé-direito alto, um despropósito. Nossos dois andares enfrentam bem uns três dos edifícios vizinhos. Isso lhe dará ideia da altura de minhas buganvílias, pois as raízes delas se misturam com os alicerces, e temos praticamente dois telhados: o comum, e esse lençol rubro de flores, quando vem pintando a primavera.

Não, não pense que as flores cobrem o telhado: elas formam o seu teto especial, no terraço, dominando a pérgula – e a boa senhora sorriu – que o antigo proprietário fez questão de construir, para dar um ar meio silvestre, meio parnasiano, àquela superfície árida de ladrilhos. Nossa casa está longe de ser bonita, embora eu goste muito dela; e quando as buganvílias funcionam a todo vapor, na florescência, não imagina como a nossa modesta alvenaria se transforma numa coisa espetacular, todo aquele dilúvio de escarlate que a brisa do Brasil beija e balança, os ladrilhos também se deixam atapetar de florinhas, e até o cãozinho, indo brincar no terraço, costuma voltar trazendo no pelo branco manchas encarnadas de primavera. Caem florinhas nas painéis da cozinha, cá embaixo, e se a gente deixar entreaberta a janela do banheiro, pode tomar seu banho de *Bougainvillea spectabilis*, Willd., o que nome tenha; sei que é uma nictaginácea, ouviu?

Tudo isso é simpático, mas tem seus inconvenientes. Quando nos instalamos, um mestre de obras ponderou: “Eu, se fosse madame, cortava essas trepadeiras. Veja como os troncos encorparam, e como as paredes vão trincando. A raiz está abalando tudo”. Não tive coragem de matar uma planta de Deus, aliás duas, subindo lado a lado, confundindo lá em cima os galhos e fazendo de nossa casa uma coisa diferente, no cinzento da Zona Sul (os moradores dos edifícios garantem que, vista do alto, a casa vale muito mais do que vista da rua, por causa das buganvílias, que fazem bem aos olhos). E depois, já tivemos que sacrificar a goiabeira para abrir mais uma caixa d’água subterrânea, Deus nos perdoe. Não, as buganvílias, não. A casa pode vir abaixo, e seremos soterrados sob tijolos e flores, mas todo o poder às buganvílias!

Há dias foi engraçado, porque convidamos um casal para almoçar, e já na horinha me lembrei que não tínhamos flores em casa. Fui comprá-las correndo, mas a greve da Leopoldina acabara com elas, ou era a própria greve das flores, que pediam aumento de orvalho; não havia uma triste corola à venda. E não era dia de feira no bairro, de sorte que não se podia recorrer a flores de calçada. Voltei de alma ferida, porque se pode trabalhar sem flor, dormir sem flor, mas comer sem flor é desagradável, tira o sal. Estava imersa em vil desânimo, quando me pousou no nariz, trazida pelo vento, a florinha de buganvília, cujos ramos estão explodindo de vermelho, entre pinceladas verdes. Voei ao quarto de depósito, saí de lá brandindo a escada de três metros, e icei-a na pérgula. E com risco de romper o esqueleto, pois escada de casa velha também é velha e desconjuntada, aos olhos divertidos ou indignados da vizinhança, fui ceifando com tesoura aquele mar de florinhas sanguíneas. Enchi duas cestas enormes, e nunca minha casa ficou tão bonita como enfeitada assim à última hora, sem gastar um cruzeiro; o casal ficou encantado, mas que beleza de flor, então eu expliquei que buganvília não tem propriamente flores, tem brácteas, que são folhas iguais às outras, mas valorizadas pelo vermelho. Deu tudo certo, e eu senti que os imensos pés de buganvílias me agradeciam e pagavam dessa maneira a decisão de poupar-lhes a vida até a consumação dos séculos – ou da nossa velha casa, que eles vão destruindo poeticamente.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Fala, amendoeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.)

Questão 01

Em “*Nossa casa está longe de ser bonita, embora eu goste muito dela; e quando as buganvílias funcionam a todo vapor, na florescência, não imagina como a nossa modesta alvenaria se transforma numa coisa espetacular, todo aquele dilúvio de escarlate que a brisa do Brasil beija e balança, os ladrilhos também se deixam atapetar de florinhas, e até o cãozinho, indo brincar no terraço, costuma voltar trazendo no pelo branco manchas encarnadas de primavera.*” (2º§), o “*dilúvio de escarlate*” retrata:

- A) A solidez da construção humana.
- B) Uma imagem de sacrifício necessário.
- C) A aceitação da efemeridade das coisas.
- D) A cor vibrante e intensa das buganvílias.
- E) Um agradecimento silencioso da natureza.

Questão 02

Dentre os trechos a seguir, a ideia de oposição está presente em:

- A) “Nossa casa é antiga, embora não secular [...]” (1º§).
- B) “Voltei de alma ferida, porque se pode trabalhar sem flor, [...]” (4º§).
- C) “Fui comprá-las correndo, mas a greve da Leopoldina acabara com elas, [...]” (4º§).
- D) “Isso lhe dará ideia da altura de minhas buganvílias, pois as raízes delas se misturam [...]” (1º§).
- E) “E depois, já tivemos que sacrificar a goiabeira para abrir mais uma caixa d’água subterrânea [...]” (3º§).

Questão 03

De acordo com a estrutura linguística dos trechos destacados, assinale a afirmativa correta.

- A) Em “Tudo isso é simpático, [...]” (3º§), a expressão “tudo isso” trata-se de uma expressão referencial.
- B) O título dado ao texto pressupõe uma característica das residências inerente à sociedade contemporânea.
- C) O adjetivo “antiga” (1º§) estabelece adequadamente sua concordância com a expressão “altura de minhas buganvílias”.
- D) No trecho “Estava imersa em vil desânimo, quando me pousou no nariz, [...]” (4º§), a expressão destacada indica uma relação de condição.
- E) Ao citar a expressão “*Bougainvillea spectabilis*, Willd.” (2º§), o narrador incita o leitor a conhecer ervas medicinais, muitas vezes, sem refletir a respeito.

Questão 04

O trecho “*Não, as buganvílias, não.*” (3º§), referente à ponderação de um mestre de obras, apresenta uma conotação semântica, considerando o contexto, que expressa:

- A) Ironia.
- B) Surpresa.
- C) Refutação.
- D) Admiração.
- E) Indiferença.

Questão 05

São fragmentos do texto que apresentam intensificação sintática, EXCETO:

- A) “Nossos dois andares enfrentam bem uns três dos edifícios vizinhos.” (1º§).
- B) “Veja como os troncos encorparam, e como as paredes vão trincando.” (3º§).
- C) “Nossa casa está longe de ser bonita, embora eu goste muito dela; [...]” (2º§).
- D) “[...] e nunca minha casa ficou tão bonita como enfeitada assim à última hora, [...]” (4º§).
- E) “E depois, já tivemos que sacrificar a goiabeira para abrir mais uma caixa d’água subterrânea, [...]” (3º§).

Questão 06

Considerando as expressões destacadas, assinale a que possui classificação DIFERENTE das demais.

- A) “[...] pois as raízes delas se misturam com os alicerces, [...]” (1º§).
- B) “[...] e se a gente deixar entreaberta a janela do banheiro, [...]” (2º§).
- C) “[...] os ladrilhos também se deixam atapetar de florinhas [...]” (2º§).
- D) “Voltei de alma ferida, porque se pode trabalhar sem flor, [...]” (4º§).
- E) “[...] a nossa modesta alvenaria se transforma numa coisa espetacular, [...]” (2º§).

Questão 07

Tendo em vista o contexto textual, anunciar que “[...] temos praticamente dois telhados: o comum, e esse lençol rubro de flores, quando vem pintando a primavera.” (1º§) é o mesmo que afirmar que o narrador tinha algo interessante a dizer sobre:

- A) Um pouco de alvenaria que evidencia florescência.
- B) Todo e qualquer tipo de cobertura aprazível e lírica.
- C) Qualquer forro que fizesse da casa uma coisa diferente.
- D) Algum telhado teórico e prático relativo a casas antigas.
- E) Dois tipos de telhados, na realidade: o habitual e outro poético.

Questão 08

Em *“Caem florinhas nas panelas da cozinha, cá embaixo, e se a gente deixar entreaberta a janela do banheiro, pode tomar seu banho de Bougainvillea spectabilis, Willd., o que nome tenha; sei que é uma nictaginácea, ouviu?”* (2º§), é possível inferir que o ponto de interrogação foi empregado com o objetivo de:

- A) Provocar uma reflexão, exprimindo uma ressalva.
- B) Envolver o leitor, mantendo-o engajado na leitura.
- C) Destacar a intensidade de sentimento do narrador.
- D) Demonstrar uma hesitação, dando ênfase ao argumento.
- E) Sinalizar uma incerteza sobre uma família distinta de plantas.

Questão 09

A crônica *“Buganvílias”* mistura a observação da natureza com reflexões sobre o tempo, a memória e a vida cotidiana. É possível inferir que o principal propósito comunicativo do texto é:

- A) Direcionar estratégias.
- B) Evidenciar uma opinião.
- C) Oferecer uma informação.
- D) Relatar experiências triviais.
- E) Prevenir sobre um fenômeno.

Questão 10

Carlos Drummond de Andrade, considerado um “poeta público”, além de observador, foi fotógrafo e leitor do cotidiano. No texto, o cronista versa sobre um tema contemporâneo que trata-se, sobretudo, de:

- A) Desperdício de tempo com complexas e profundas meditações existenciais.
- B) Mero estado de contemplação das chamadas belezas naturais – uma força vital.
- C) Valorização de uma beleza natural que persiste e transforma o ambiente urbano.
- D) Excesso de atenção à natureza e às pequenas coisas do tempo – o *“dilúvio de escarlate”*.
- E) Preocupação com as buganvílias que crescem de forma exuberante e “destroem” sua velha casa.

Questão 11

Em qual das citações transcritas está expressa uma opinião do articulista do texto?

- A) *“E não era dia de feira no bairro, [...]”* (4º§).
- B) *“Não, não pense que as flores cobrem o telhado: [...]”* (2º§).
- C) *“Tudo isso é simpático, mas tem seus inconvenientes.”* (3º§).
- D) *“Isso lhe dará ideia da altura de minhas buganvílias, [...]”* (1º§).
- E) *“Caem florinhas nas panelas da cozinha, cá embaixo, [...]”* (2º§).

Questão 12

Considerando os excertos a seguir, assinale a expressão destacada que exerce papel pronominal.

- A) *“Deu tudo certo, [...]”* (4º§).
- B) *“Estava imersa em vil desânimo, [...]”* (4º§).
- C) *“[...] para dar um ar meio silvestre, [...]”* (2º§).
- D) *“[...] que são folhas iguais às outras, [...]”* (4º§).
- E) *“[...] as buganvílias funcionam a todo vapor, [...]”* (2º§).

Questão 13

A expressão que caracteriza ocorrência de linguagem informal no texto pode ser identificada em:

- A) *“Nossos dois andares enfrentam bem uns três dos edifícios vizinhos.”* (1º§).
- B) *“Há dias foi engraçado, porque convidamos um casal para almoçar, [...]”* (4º§).
- C) *“[...] e quando as buganvílias funcionam a todo vapor, na florescência, [...]”* (2º§).
- D) *“Estava imersa em vil desânimo, quando me pousou no nariz, trazida pelo vento, [...]”* (4º§).
- E) *“Isso lhe dará ideia da altura de minhas buganvílias, pois as raízes delas se misturam [...]”* (1º§).

Questão 14

Leia os trechos a seguir.

- I. “Eu, se fosse madame, cortava essas trepadeiras.” (3º§).
II. “[...] mas comer sem flor é desagradável, tira o sal.” (4º§).
III. “Nossa casa está longe de ser bonita, embora eu goste muito dela; [...]” (2º§).

As expressões “se”, “mas” e “embora” estabelecem relação semântica, respectivamente, de:

- A) Condição; oposição; e concessão.
B) Causa; explicação; e consequência.
C) Finalidade; causa; e conformidade.
D) Escolha; proporcionalidade; e adição.
E) Comparação; adversidade; e conclusão.

Questão 15

Em “*Não tive coragem de matar uma planta de Deus, aliás duas, subindo lado a lado, confundindo lá em cima os galhos [...]*” (3º§), a expressão em destaque pode ser substituída, sem que haja prejuízo quanto ao sentido, por:

- A) Logo.
B) Conquanto.
C) Na verdade.
D) Absolutamente.
E) Consequentemente.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 16**

Durante uma sessão técnica no CAU, três conselheiros – Roberto, Daniela e Marcelo – foram designados para analisar três processos distintos: licenciamento, fiscalização e registro profissional. Sabe-se que cada conselheiro ficou responsável por exatamente um processo, sem repetição. Dentre as afirmações seguintes, somente uma é verdadeira e, consequentemente, as demais são falsas:

- Roberto está responsável pelo processo de fiscalização;
- Daniela não está responsável pelo processo de licenciamento; e
- Marcelo não está responsável pelo processo de fiscalização.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- A) Daniela está responsável pelo processo de fiscalização.
B) Roberto está responsável pelo processo de licenciamento.
C) Marcelo está responsável pelo processo de licenciamento.
D) Roberto está responsável pelo processo de registro profissional.
E) Daniela não está responsável pelo processo de registro profissional.

Questão 17

Dois escritórios de arquitetura possuem a mesma quantidade total de projetos em andamento, distribuídos apenas entre projetos residenciais e projetos comerciais. No primeiro escritório, a razão entre o número de projetos residenciais e o número de projetos comerciais é de $1/3$, nessa ordem. Já no segundo escritório, essa mesma razão é de $3/2$. Com a criação de um consórcio entre os dois escritórios para participar de um grande plano urbanístico, todos os projetos foram reunidos em um único portfólio. De acordo com o exposto, nesse novo conjunto de projetos, qual é a razão entre o número de projetos residenciais e o número de projetos comerciais, nessa ordem?

- A) 15/17.
B) 17/23.
C) 23/25.
D) 25/27.
E) 27/31.

Questão 18

Para atender a uma campanha institucional, o CAU encomendou a produção de 25.000 cartilhas informativas, com prazo de entrega de 5 dias. Sabe-se que 50% desse material foi produzido por dois equipamentos de impressão, que operavam com o mesmo ritmo, durante 3 horas por dia ao longo de 3 dias. Antes do início da produção da segunda metade, um dos equipamentos apresentou falha e não pôde ser substituído. Para que toda a demanda restante seja concluída no prazo estabelecido, o equipamento que permaneceu em funcionamento, mantendo o mesmo ritmo de produção, deverá operar durante quantas horas por dia?

- A) 9 horas.
- B) 9 horas e 30 minutos.
- C) 10 horas.
- D) 10 horas e 30 minutos.
- E) 11 horas.

Questão 19

Para acessar um sistema interno do CAU, é necessário inserir um código composto por 6 identificadores distintos. A arquiteta responsável pelo setor sabe exatamente quais são esses identificadores, mas não se recorda da ordem correta em que devem ser inseridos. Considerando que o sistema não fornece nenhuma dica após tentativas incorretas, qual é o número máximo de tentativas necessárias para que ela consiga acessar o sistema?

- A) 60.
- B) 120.
- C) 240.
- D) 480.
- E) 720.

Questão 20

Os arquitetos Letícia e Marcos participaram de um desafio de desenho arquitetônico promovido pelo CAU. Para deixar a disputa mais divertida, eles apostaram R\$ 120,00 em cada rodada: quem apresentasse o melhor projeto da rodada recebia o valor do outro. Ao final da última disputa, Letícia venceu 5 rodadas e Marcos terminou com um saldo de R\$ 360,00. Considerando tais informações, quantas rodadas foram realizadas?

- A) 7.
- B) 8.
- C) 11.
- D) 13.
- E) 15.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO CORRELATA**Questão 21**

A organização orgânico-institucional da Administração Pública brasileira bifurca-se em Administração direta e indireta. No escopo da descentralização administrativa federal, figuram as autarquias e as fundações públicas, ambas dotadas de regimes e características peculiares. À luz do ordenamento jurídico-constitucional e do posicionamento jurisprudencial predominante no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as diferenças e semelhanças entre essas entidades, assinale a afirmativa correta.

- A) Tanto as autarquias quanto as fundações públicas, independentemente da personalidade jurídica que adotarem, possuem seus bens classificados como bens públicos, pois o patrimônio decorre de dotação do ente federativo criador.
- B) A personalidade jurídica formal da fundação pública de direito privado tem início com a lavratura da respectiva escritura pública, não sendo obrigatória sua inscrição no registro civil das pessoas jurídicas por tratar-se de entidade estatal.
- C) As autarquias e as fundações públicas de direito público gozam das mesmas prerrogativas processuais e tributárias, destacando-se que ambas são criadas diretamente por meio de lei específica, dispensando-se a inscrição de seus atos constitutivos em registro público civil.
- D) As autarquias e as fundações públicas federais são juridicamente subordinadas aos ministérios de Estado correspondentes à sua área de atuação, havendo, por conseguinte, relação de hierarquia funcional direta e irrestrita entre a entidade da Administração indireta e o respectivo ministério.
- E) As autarquias são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, enquanto todas as fundações instituídas pelo poder público ostentam, obrigatoriamente e por força de previsão legal expressa, personalidade jurídica de direito privado para permitir sua atuação no fomento social.

Questão 22

Considere que, hipoteticamente, com a preocupação sobre vazamentos de informações e com a integridade da segurança institucional do CAU/CE, houve a edição de uma Portaria Normativa interna com duas regras primordiais: I) Fica estabelecido que qualquer arquiteto que esteja respondendo a processo ético-disciplinar na autarquia terá o acesso aos autos do processo negado caso a diretoria apure que o profissional possui um “comportamento não cooperativo”; e, II) Fica proibido que estrangeiros residentes no Brasil assumam cargo público efetivo na estrutura administrativa do CAU/CE, sob a justificativa constitucional de proteção à soberania nacional. Considerando os ditames do art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), sobre a validade constitucional da Portaria, pode-se afirmar corretamente que:

- A) No contexto apresentado, a restrição imposta aos estrangeiros é constitucional, na medida em que a CF/88 reserva os cargos públicos de carreira exclusivamente a brasileiros.
- B) A Portaria é integralmente válida, visto que os conselhos profissionais de fiscalização possuem autonomia administrativa e financeira para restringir o acesso a autos e delimitar seus quadros a brasileiros natos ou naturalizados.
- C) A inconstitucionalidade recai apenas na negação de acesso aos autos (ofensa à ampla defesa), sendo válida a proibição de estrangeiros no CAU/CE, visto que autarquias federais possuem autonomia normativa e lidam com dados sensíveis de interesse estatal.
- D) A Portaria é inconstitucional em ambas as regras, pois viola o direito ao contraditório e à ampla defesa em processo administrativo, bem como fere a garantia de igualdade e inviolabilidade de direitos assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.
- E) A Portaria é válida quanto à restrição de acesso aos autos, visto que o direito à informação cede espaço à segurança institucional na ponderação entre esses dois fundamentos constitucionais; porém, é inválida quanto à proibição aos estrangeiros, que gozam de igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Questão 23

A recém-empossada diretoria do CAU/CE percebe a necessidade premente de modernizar as instalações tecnológicas da sede do Conselho, visando melhorar o atendimento aos arquitetos. O presidente da autarquia, sob o princípio da eficiência administrativa para agilizar o processo, contrata, sem licitação, uma empresa de tecnologia cujo irmão é sócio minoritário, a qual apresenta orçamento dentro da média estimada de mercado. Além disso, o presidente ordena que o extrato do contrato não seja publicado no Diário Oficial (ou na *internet*), visando economizar para os cofres públicos os custos com publicação, evocando mais um princípio da Administração Pública: o da economicidade. Considerando o evento hipotético, e, ainda, em respeito ao art. 37 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) A economicidade sobrepõe-se à publicidade nos atos de gestão interna, porém, a contratação direta da empresa do familiar configura, ao menos, quebra do princípio da isonomia; ainda que o irmão seja sócio minoritário.
- B) Por arrecadarem verbas de natureza privada (anuidades), os conselhos de fiscalização profissional não se submetem à regra de obrigatoriedade de licitar, ressalvadas as exceções constitucionais. De todo modo, é ilícita a contratação pela não publicação do respectivo contrato administrativo.
- C) O presidente está amparado pela Constituição, pois o princípio da eficiência autoriza a dispensa de licitação em conselhos de classe profissional. Se comprovadas a real economia para o erário e a imparcial relação de confiança do CAU com a empresa do irmão, não haverá óbice para a contratação.
- D) Para o caso, o princípio da impessoalidade não foi descumprido, pois o orçamento estava na média de mercado, garantindo a ausência de dano ao erário. A rigor, não há ofensa à publicidade, que é requisito de validade dos contratos com a Administração Pública, exceto para autarquias e fundações.
- E) A contratação direta da empresa do parente e a ausência de publicação oficial violam, simultaneamente, os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade. A regra geral da obrigatoriedade de licitação também é válida para os conselhos profissionais em caso de contratação de serviços e obras.

Questão 24

Acerca do regime jurídico de acesso à informação previsto na Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), aplicável aos órgãos públicos e às autarquias federais e, ainda, considerando as normas conceituais sobre a classificação de informações e a proteção de dados pessoais, assinale a afirmativa correta.

- A) As informações geradas por uma autarquia federal que venham a ser legalmente classificadas como “ultrassecetas” ficarão sujeitas a um prazo máximo de restrição de acesso de dez anos.
- B) Em regra, as autarquias federais de fiscalização profissional não se sujeitam à LAI, visto que são mantidas majoritariamente por contribuições parafiscais de natureza privada, feitas pelos profissionais inscritos.
- C) A LAI garante que a divulgação ou o acesso por terceiros a dados pessoais contidos em processos administrativos do CAU/CE dependerá de consentimento expresso do titular das informações em qualquer hipótese.
- D) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada do indivíduo não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
- E) É direito-dever da autarquia federal (como o CAU/CE) exigir do interessado, no momento do requerimento de acesso a dados institucionais e financeiros, que demonstre os motivos determinantes da solicitação, como forma de prevenir o abuso de direito de petição e de resguardar as garantias constitucionais no acesso à informação.

Questão 25

João, assistente administrativo do CAU/CE, auxilia no andamento dos processos de registro profissional. Certo dia, ele recebeu o pedido de um renomado arquiteto, seu amigo pessoal, que necessita da renovação urgente de seu registro para assinar um vultoso contrato de infraestrutura com o Governo do Estado. João, acreditando que a obra será um “bem maior” para a sociedade cearense, paralisou a análise dos processos de outros dez profissionais que estavam na fila e colaborou para a imediata emissão do registro do amigo. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, sobre a conduta de João na situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) João agiu dentro dos limites éticos, vez que o Código de Ética permite o uso de facilidades e amizades, desde que a finalidade última do ato se reverta em benefício geral e comum.
- B) João cometeu falha administrativa por não consultar sua chefia imediata, mas não necessariamente infração ética, pois a moralidade administrativa não é desrespeitada por atos de mudança de prioridade no serviço autárquico.
- C) A atitude de João não é considerada antiética, mas lícita, pois o princípio da supremacia do interesse público (a infraestrutura do Estado) autoriza o servidor, nesse contexto, a flexibilizar a ordem cronológica de processos administrativos, desde que não receba vantagem financeira.
- D) O comportamento de João é uma espécie de favorecimento vedado pelo Código de Ética, além de que a formação da “fila de espera” e o atraso na prestação do serviço aos demais profissionais representam mais do que “conduta antiética”: caracterizam grave dano moral aos usuários preteridos.
- E) A conduta de João é justificada pelo princípio da eficiência, sendo regular o seu comportamento na medida em que a preservação do bem comum e o avanço técnico das obras públicas sobrepõem-se aos interesses individuais dos profissionais em espera, desde que também atendidos oportunamente.

Questão 26

Determinado município contratou um arquiteto urbanista para elaborar o projeto de revitalização de uma praça pública. Durante a execução da obra, o profissional deixou de prever adequadamente o sistema de drenagem, o que contribuiu para alagamentos na área. Ao mesmo tempo, comerciantes locais, mesmo cientes das obras e das orientações de isolamento, passaram a utilizar irregularmente o espaço, obstruindo parcialmente a área de escoamento da água. Como consequência, ocorreram prejuízos materiais aos comerciantes, que ingressaram com ação contra o município pleiteando indenização integral pelos danos sofridos. Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade é do arquiteto urbanista, não cabendo responsabilização do município.
- B) O município não deve ser responsabilizado, pois a conduta dos comerciantes foi a única causa do dano.
- C) O município deve responder integralmente pelos danos, independentemente da conduta dos comerciantes.
- D) Não há responsabilidade a ser atribuída, pois o evento decorre de fatores naturais que afastam o dever de indenizar.
- E) Verifica-se culpa concorrente; os prejuízos devem ser repartidos proporcionalmente entre o município e os comerciantes.

Questão 27

Fernanda foi convocada para atuar como mesária durante o período eleitoral, exercendo funções relacionadas à organização e condução dos trabalhos nas seções de votação. Diante da situação hipotética, passou a questionar se poderia ser considerada agente pública, tendo em vista que sua atuação ocorreu de forma temporária e sem vínculo permanente com a Administração Pública. À luz do conceito de agentes públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) Fernanda pode ser considerada agente pública, pois é classificada como agente político em razão de sua atuação no processo eleitoral.
- B) Fernanda não pode ser considerada agente pública, pois sua atuação não possui natureza política nem vínculo jurídico com a Administração.
- C) Fernanda não pode ser considerada agente pública, pois essa condição é restrita aos servidores ocupantes de cargos efetivos na Administração Pública.
- D) Fernanda pode ser considerada agente pública, pois exerceu, ainda que temporariamente, função estatal, enquadrando-se na categoria de agente honorífica.
- E) Agentes políticos e servidores públicos podem ser considerados agentes públicos, excluindo-se os particulares convocados para funções específicas e sem vínculo permanente.

Questão 28

José iniciou recentemente suas atividades como assistente administrativo em uma autarquia e, inicialmente, foi designado para atuar em diferentes etapas do procedimento licitatório, incluindo a elaboração do termo de referência, a condução da fase interna do processo, a análise das propostas e a emissão de parecer técnico. Posteriormente, no desempenho dessas atribuições, deixou de registrar formalmente no processo administrativo as razões concretas e os fundamentos jurídicos que justificavam a contratação. Por fim, diante do acúmulo de tarefas, passou a conduzir suas atividades em ritmo próprio, ainda que isso implicasse atrasos no andamento processual. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, os princípios infringidos.

- A) Publicidade; legalidade; e eficiência.
- B) Segregação de funções; motivação; e celeridade.
- C) Impessoalidade; equilíbrio institucional; e publicidade.
- D) Eficiência; transparência operacional; e vinculação ao edital.
- E) Vinculação ao edital; boa gestão administrativa; e moralidade.

Questão 29

Uma empresa concessionária foi contratada pelo Estado para realizar a gestão e a manutenção de um sistema de abastecimento de água em determinado município. Em razão da falta de manutenção adequada, ocorreu o rompimento de uma tubulação, causando alagamento e danos estruturais a uma residência particular. O proprietário do imóvel ingressou com ação judicial pleiteando indenização pelos prejuízos sofridos. Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante sobre a responsabilidade civil na prestação de serviços públicos delegados, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade pela reparação depende da comprovação de culpa da concessionária, considerando que se trata de pessoa jurídica de direito privado.
- B) A responsabilidade do Estado decorre da eventual falha na fiscalização do contrato, sendo necessária a demonstração de sua conduta para que haja dever de indenizar.
- C) O Estado responde de forma objetiva e primária pelos danos causados ao particular, em razão da titularidade do serviço público, independentemente da atuação da concessionária.
- D) O dano decorrente da prestação de serviço público configura risco administrativo, o que afasta a responsabilidade do Estado e da concessionária quando não há comprovação de intenção do agente.
- E) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados, na condição de responsável primária, cabendo ao Estado responsabilidade subsidiária, a ser acionada em caso de insuficiência patrimonial daquela.

Questão 30

Determinada autarquia federal responsável, pela regulação do transporte intermunicipal, editou Portaria estabelecendo requisitos para a prestação do serviço por particulares. Uma empresa solicitou autorização para operar em certa linha, sendo o pedido analisado e deferido com base em critérios de conveniência e oportunidade. Posteriormente, durante fiscalização de rotina, verificou-se que a empresa deixou de cumprir condições estabelecidas no ato de autorização, o que ensejou a lavratura de auto de infração e, após regular processo administrativo, a aplicação de multa. À luz do ciclo do poder de polícia, assinale a afirmativa correta.

- A) A aplicação da multa constitui fase do poder de polícia e pode ocorrer ainda que não haja previsão legal específica para a conduta.
- B) A autorização concedida à empresa gera direito subjetivo à manutenção da atividade, impedindo a revogação do ato administrativo.
- C) O deferimento do pedido da empresa configura ato vinculado, pois a administração deve conceder a autorização quando preenchidos os requisitos legais.
- D) A fiscalização realizada pela autarquia não apresenta caráter preventivo, estando voltada à aplicação de penalidades em face de irregularidades constatadas.
- E) A edição da Portaria pela autarquia corresponde à fase de ordem, por meio da qual a administração estabelece normas e restrições ao exercício de atividades privadas.

LEGISLAÇÃO DO CAU/CE**Questão 31**

O Regimento Interno do CAU/CE (Resolução CAU/BR nº 139/2017) dispõe sobre regras gerais aplicáveis à realização das reuniões colegiadas, definindo parâmetros para a organização dos trabalhos, o desenvolvimento das deliberações e a validade dos atos praticados no âmbito do Conselho. Com base no dispositivo apresentado, analise os casos hipotéticos a seguir.

- Caso 1: O Plenário do CAU/CE deliberou pela realização de reunião plenária em município diverso da sede, em razão de evento institucional.
- Caso 2: A convocação de reunião plenária ordinária foi encaminhada aos conselheiros com cinco dias de antecedência da data de sua realização.
- Caso 3: Uma reunião plenária extraordinária foi convocada pelo presidente do CAU/CE, tendo pauta previamente definida.
- Caso 4: Durante reunião plenária ordinária, a Presidência da Mesa Diretora submeteu ao Plenário a prorrogação do término da reunião por até duas horas, em razão do número elevado de matérias pautadas.
- Caso 5: O Plenário declarou sigilosa parte da reunião plenária, ao apreciar matéria de cunho ético-disciplinar, mantendo a publicidade dos demais assuntos discutidos.

À luz das disposições regimentais do CAU/CE, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, as reuniões plenárias do CAU/CE somente poderão ser realizadas em sua sede, sendo vedada sua realização em qualquer outro local, ainda que por decisão do Plenário.
- B) No caso 2, a convocação de reunião plenária ordinária deveria ter sido encaminhada com antecedência mínima de sete dias da data de sua realização.
- C) No caso 3, a convocação da reunião plenária extraordinária deverá ser encaminhada aos conselheiros titulares com antecedência mínima de cinco dias da data de sua realização.
- D) No caso 4, a reunião plenária ordinária, em regra, terá duração de até dois dias, podendo ser prorrogada por até duas horas mediante decisão do Plenário.
- E) No caso 5, a declaração de sigilo não encontra fundamento nas hipóteses previstas no regimento interno, sendo indevida a restrição de publicidade dos atos da reunião.

Questão 32

A Lei nº 12.378/2010 estabelece normas sobre a organização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, incluindo a composição do Plenário do CAU/BR, o processo de eleição de seus dirigentes, suas fontes de receita, hipóteses de perda de mandato e regras relativas à cobrança de anuidades e aplicação de sanções. Com respaldo nas disposições da legislação supracitada, assinale a afirmativa correta.

- A) A anuidade deixará de ser devida após trinta e cinco anos de contribuição da pessoa natural.
- B) O presidente do CAU/BR será eleito pelo voto direto dos profissionais, em votação aberta, possuindo direito a voto em todas as deliberações.
- C) O Plenário do CAU/BR será constituído por um conselheiro representante de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos por voto facultativo dos profissionais da respectiva unidade federativa.
- D) Perderá o mandato o conselheiro que sofrer sanção disciplinar ou que for condenado por crime em decisão transitada em julgado, ainda que não relacionado ao exercício do mandato ou da profissão.
- E) Constitui recurso do CAU/BR vinte por cento da arrecadação dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo (CAUs), proveniente das receitas com anuidades, contribuições, multas, taxas e tarifas de serviços.

Questão 33

O exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil é disciplinado por normas legais que estabelecem parâmetros para a atuação profissional e para a execução das atividades inerentes à profissão. À luz da Lei nº 12.378/2010, analise os casos hipotéticos a seguir.

- Caso 1: O arquiteto A. deixou de pagar anuidade devida ao CAU, mesmo após ter sido devidamente notificado.
- Caso 2: Uma sociedade de prestação de serviços na área de arquitetura e urbanismo foi sancionada disciplinarmente.
- Caso 3: No curso de processo disciplinar instaurado mediante representação, o acusador requereu que o feito tramitasse em sigilo.
- Caso 4: Após decisão definitiva proferida por CAU/UF, discutiu-se a legitimidade para interposição de recurso ao CAU/BR.
- Caso 5: Decorridos mais de cinco anos da data do fato, o CAU iniciou procedimento disciplinar, tendo intimado o acusado para apresentar defesa.

A partir das normativas da legislação em questão, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, deixar de pagar a anuidade devida constitui infração disciplinar, sendo aplicada advertência e multa até a regularização da dívida.
- B) No caso 2, a sanção poderá ser aplicada à sociedade, sem prejuízo da responsabilização da pessoa natural do arquiteto e urbanista.
- C) No caso 3, o processo disciplinar, instaurado mediante representação, apenas poderá tramitar em sigilo a pedido do acusado.
- D) No caso 4, caberá recurso ao CAU/BR das decisões definitivas proferidas pelos CAUs, sendo legitimados para sua interposição exclusivamente o acusado e o acusador.
- E) No caso 5, prescreve em dois anos a pretensão de punição da sanção disciplinar, a contar da data do fato, interrompendo-se a prescrição pela intimação do acusado.

Questão 34

O CAU, através da Resolução nº 52/2013, estabelece deveres e vedações aos profissionais, especialmente no que se refere à relação com fornecedores, contratantes e colegas de profissão. Considerando tais normas éticas, analise os casos hipotéticos a seguir.

- Caso 1: O arquiteto e urbanista A. recebeu vantagem econômica oferecida por fornecedor de insumos de seu contratante.
- Caso 2: O arquiteto e urbanista P., representante de marca cujos produtos são aplicáveis em determinada obra, atuou nessa mesma obra, em virtude dessa qualidade, mediante remuneração aquém do usual para os serviços de arquitetura e urbanismo.
- Caso 3: A arquiteta M. recebeu honorários de duas partes distintas em um mesmo contrato vigente.
- Caso 4: O arquiteto L., ao elaborar uma proposta de prestação de serviços profissionais, utilizou como parâmetro valores anteriormente apresentados por colegas concorrentes para os mesmos serviços.
- Caso 5: O arquiteto e urbanista R. foi convidado por um contratante para emitir parecer técnico de serviços profissionais já executados por outro arquiteto e urbanista.

A partir das disposições da resolução supracitada, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, o arquiteto e urbanista poderá receber a vantagem do fornecedor, desde que sob a forma de consultoria técnica.
- B) No caso 2, o arquiteto e urbanista poderá prestar serviços de arquitetura e urbanismo na obra, desde que não seja a título gratuito.
- C) No caso 3, não há objeção legal quanto ao recebimento, pela arquiteta, de honorários de ambas as partes no âmbito de um mesmo contrato em vigor.
- D) No caso 4, o arquiteto deve declarar-se impedido de propor os honorários visando obter vantagem sobre propostas conhecidas, apenas quando tiver acesso formal, por escrito, às propostas apresentadas por colegas concorrentes para os mesmos objetivos.
- E) No caso 5, o arquiteto e urbanista, ao ser convidado a emitir parecer sobre serviço profissional de outro arquiteto e urbanista, deverá informá-lo previamente acerca do fato.

Questão 35

O Regimento Geral do CAU (Resolução CAU/BR nº 139/2017) dispõe sobre normas gerais de organização, funcionamento e atuação dos órgãos colegiados e dos procedimentos administrativos no âmbito das autarquias, estabelecendo diretrizes aplicáveis à condução dos trabalhos, à tomada de decisões e à disciplina dos atos administrativos. A partir das previsões regimentais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A decisão que julgar o pedido de revisão de decisão anterior do órgão competente, de cada autarquia, não poderá acarretar agravamento da sanção.
- B) Caso a matéria aprovada em deliberação plenária dependa de publicação na imprensa oficial, essa deverá ocorrer em até quinze dias úteis depois da reunião em que tiver sido aprovado o ato.
- C) Da deliberação plenária que resultar sanções, caberá pedido de revisão apresentado pela parte legitimamente interessada, com efeito suspensivo, desde que apresentados fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da sanção.
- D) Os trabalhos das comissões ordinárias serão conduzidos por um coordenador ou, na sua falta, impedimento, licença ou renúncia, por um coordenador-adjunto. Excepcionalmente, na falta simultânea de ambos, exercerá, temporariamente, a coordenação, o conselheiro titular mais idoso.
- E) Nos processos em que o plenário constatar que mais da metade dos conselheiros da respectiva autarquia se encontram impedidos de atuar, o CAU/UF deverá solicitar ao CAU/BR que, em decisão plenária, indique outro CAU/UF para fazer a instrução e o julgamento do processo, em primeira instância.

Questão 36

A Lei nº 12.378/2010 regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil, estabelecendo diretrizes gerais para a organização da profissão e para o desenvolvimento das atividades técnicas e profissionais da área. À luz dessas normativas, analise as situações hipotéticas, a seguir.

- Caso 1: Em razão de divergência entre normas do CAU/BR sobre o campo de atuação de arquitetos e urbanistas e normas de outro Conselho profissional, surgiu controvérsia sobre a extensão das atribuições profissionais.
- Caso 2: Profissional estrangeiro, sem domicílio no país, requereu registro no CAU de determinado estado, tendo sido comprovados os requisitos legais.
- Caso 3: Pessoa jurídica, sem registro no CAU, passou a se apresentar como pessoa jurídica da área de arquitetura e urbanismo.
- Caso 4: Um agente executou obra utilizando projeto de autoria de arquiteto e urbanista, alterando o detalhamento constante do trabalho.
- Caso 5: O arquiteto e urbanista responsável por projeto optou por não acompanhar a execução da obra.

Com base na referida legislação, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, a controvérsia deverá ser resolvida por meio de Resolução superior do CAU/BR.
- B) No caso 2, o registro no CAU poderá ser obtido, em caráter excepcional e por tempo determinado.
- C) No caso 3, a atuação da pessoa jurídica é lícita, já que o exercício ilegal da profissão é caracterizado apenas na realização de atos privativos de arquiteto e urbanista.
- D) No caso 4, a alteração somente é admitida quando houver autorização prévia, verbal ou por escrito, do autor do projeto, desde que haja justificativa técnica por parte do executor.
- E) No caso 5, é obrigatória a presença do arquiteto e urbanista na execução de projeto de sua autoria, sendo vedada a designação de preposto para acompanhamento da obra.

Questão 37

O Regimento Interno do CAU/CE dispõe sobre a organização administrativa e o funcionamento de seus órgãos, estabelecendo regras relativas à estrutura de direção, ao exercício de funções e à dinâmica de escolha e substituição de seus membros. Nos termos das previsões regimentais sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O exercício do cargo de vice-presidente não admite reconduções, sendo vedado o retorno ao cargo em qualquer hipótese.
- B) O presidente do CAU/CE poderá ser destituído pelo voto de três quintos dos conselheiros titulares, nos termos da lei, em votação secreta.
- C) Desempenharão os cargos de vice-presidentes, para um mandato de dois anos, os conselheiros titulares eleitos em votação secreta pelo Plenário do CAU/CE.
- D) O termo de posse do presidente eleito deverá ser assinado por esse e pelo conselheiro titular que conduziu o processo de eleição, até a reunião plenária subsequente.
- E) O presidente será eleito pelos conselheiros titulares, em votação secreta. Entre a data do término do mandato do presidente do CAU/CE e a da eleição do novo presidente, exercerá as funções deste o conselheiro titular com o registro mais antigo.

Questão 38

A Resolução CAU/BR nº 91/2014, com suas atualizações, disciplina o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no âmbito da arquitetura e urbanismo, estabelecendo sua obrigatoriedade para a elaboração de projetos, execução de obras e realização de serviços técnicos que envolvam competências privativas de arquitetos e urbanistas ou atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O arquiteto J., ao pretender realizar a baixa de RRT constituído por atividade técnica concluída e por atividade técnica não concluída, não poderá efetuar baixa parcial, devendo registrar RRT Retificador constituído apenas da atividade técnica já concluída e do período em que foi realizada e, após, poderá proceder à baixa.
- II. Constatado que nenhuma das atividades técnicas constantes em determinado RRT foram realizadas, dar-se-á o cancelamento do registro, tornando-o sem efeito, bem como os direitos e deveres decorrentes do que nele foi registrado.
- III. Ao iniciar procedimento para o cancelamento de RRT, deverá ser instaurado processo administrativo a ser submetido à apreciação do CAU/UF, podendo, quando julgar necessário, efetuar diligências ou requisitar outros documentos e informações adicionais para fundamentar sua decisão.
- IV. Verificado erro ou inexatidão em qualquer um dos dados constantes do RRT, o CAU/UF deverá proceder o cancelamento do registro.
- V. Identificado erro nos dados de um RRT, o CAU/UF deverá notificar o arquiteto e urbanista para, no prazo de cinco dias contados do recebimento, proceder às correções necessárias à validação do registro.

À luz da normativa supracitada, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, III e V.
- D) II, III e IV.
- E) I, II, III e V.

Questão 39

O registro, a alteração e a baixa de pessoas jurídicas no âmbito do CAU obedecem a regras específicas, que visam garantir a regularidade do exercício das atividades técnicas e a adequada responsabilização profissional. Considerando esse contexto, analise os cenários hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** Uma pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo, em razão do objeto social, mantém seção técnica por meio da qual executa, para si, serviços específicos que se enquadram nas atividades, nas atribuições e nos campos de atuação profissional dessa área.
- **Caso 2:** O arquiteto e urbanista, único responsável técnico da pessoa jurídica Beta Ltda., solicitou a baixa de sua responsabilidade técnica junto ao órgão competente.
- **Caso 3:** Delta, pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo, atualmente sem exercer suas atividades e sem Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) em aberto, embora ainda responda a processo em trâmite no âmbito do CAU, formaliza pedido de interrupção de seu registro.
- **Caso 4:** Gama, pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo, possuindo dois responsáveis técnicos, requereu a baixa de um deles junto ao órgão competente.
- **Caso 5:** Alfa, pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo, deixou de preencher as condições para manutenção de seu registro.

A partir das previsões da Resolução CAU/BR nº 28/2012, que dispõe sobre o registro de pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, por executar serviços técnicos apenas para si, é facultado o registro da seção técnica no CAU/UF.
- B) No caso 2, a solicitação deverá ser atendida em até quinze dias, incumbindo ao CAU/UF notificar a pessoa jurídica para que, no mesmo prazo, proceda ao registro de novo responsável técnico.
- C) No caso 3, é facultada a interrupção do registro, por tempo indeterminado, ainda que a pessoa jurídica esteja respondendo a processo no âmbito do CAU, desde que esteja em regularidade junto ao Conselho.
- D) No caso 4, sendo a baixa solicitada pela pessoa jurídica e possuindo essa mais de um responsável técnico, a solicitação será atendida em até cinco dias úteis.
- E) No caso 5, será admitida a baixa de ofício do registro da pessoa jurídica, devendo o CAU/UF promover a prévia notificação, com prazo de trinta dias, em que seja assegurada a ampla defesa.

Questão 40

A disciplina do registro de pessoas jurídicas no CAU estabelece regras específicas quanto à denominação social, ao procedimento de registro, à responsabilidade técnica, à constituição de filiais e às restrições decorrentes de inadimplência. À luz dessas normativas, analise as situações hipotéticas a seguir.

- **Caso 1:** A pessoa jurídica Alfa Ltda. utiliza a expressão “arquitetura” em seu nome fantasia, sendo sua direção constituída de forma paritária por arquitetos e urbanistas.
- **Caso 2:** Pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo requereu registro no CAU/UF, tendo sido identificadas pendências no processo, sendo-lhe concedido prazo para manifestação, sem que tenha promovido o saneamento.
- **Caso 3:** O arquiteto e urbanista J., regularmente registrado no CAU, pretende constituir-se como pessoa jurídica individual e, simultaneamente, exercer a responsabilidade técnica por três pessoas jurídicas.
- **Caso 4:** Pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo constituiu uma filial em unidade federativa diversa de sua matriz.
- **Caso 5:** Pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo encontra-se em débito com o CAU/UF.

Considerando o disposto na Resolução CAU/BR nº 28/2012 sobre o registro de pessoas jurídicas no âmbito da arquitetura e Urbanismo, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, é vedado o uso da expressão no nome fantasia, sendo permitido apenas se a direção da pessoa jurídica for constituída majoritariamente por arquiteto e urbanista.
- B) No caso 2, o CAU/UF deverá promover diligências para saneamento de pendências, concedendo prazo de dez dias para manifestação da requerente, sendo que, não atendido o disposto, o processo de pedido de registro será indeferido.
- C) No caso 3, é facultado ao arquiteto e urbanista constituir-se em pessoa jurídica individual de arquitetura e urbanismo, podendo exercer, simultaneamente, a responsabilidade técnica por até quatro pessoas jurídicas.
- D) No caso 4, a constituição de unidade filial obriga ao registro no CAU/UF da localidade da sede da matriz, ficando o número de registro da filial vinculado ao número de registro da matriz, sendo representado por este número acompanhado de dígitos ordinatórios.
- E) No caso 5, será estabelecida restrição de acesso ao SICCAU, sendo que tal restrição será precedida de notificação, no próprio sistema, por meio da qual será assegurado prazo para regularização da situação ou exercício do direito de ampla defesa.

Questão 41

As normas previstas no Regimento Geral do CAU (Resolução CAU/BR nº 139/2017) disciplinam a organização e o funcionamento das sessões plenárias, estabelecendo regras procedimentais relativas à condução dos trabalhos, especialmente no que se refere aos pedidos de vista, à tramitação de matérias em regime de urgência e à suspensão de deliberações. Com base nesse contexto, analise os casos hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** Durante a discussão de matéria em plenário, após a leitura do relatório e voto, um conselheiro solicitou pedido de vista, recebendo imediatamente o processo.
- **Caso 2:** Em determinada matéria, já havia sido concedido um pedido de vista, quando outro conselheiro requereu nova vista.
- **Caso 3:** Em sessão plenária, durante a apreciação de matéria classificada como urgente, um conselheiro solicita pedido de vista para análise do processo.
- **Caso 4:** O presidente da autarquia, em caráter excepcional, suspendeu deliberação plenária, por meio de ato fundamentado, diante da verificação de ocorrência de ilegalidade.
- **Caso 5:** Durante sessão plenária, o conselheiro V. formulou pedido de vista, o qual foi deferido, com o imediato encaminhamento do processo ao conselheiro.

À luz das disposições regimentais sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, o pedido de vista deveria ter sido formulado, preferencialmente, por escrito, durante a discussão de matéria em plenário.
- B) No caso 2, o segundo pedido de vista poderá ser apreciado, já que toda matéria submetida à apreciação do plenário poderá ser objeto de até dois pedidos de vista.
- C) No caso 3, se tratando de matéria urgente, o pedido de vista deverá ser apreciado na reunião plenária imediatamente subsequente.
- D) No caso 4, o ato fundamentado que suspendeu os efeitos da deliberação plenária terá vigência até a reunião plenária ordinária subsequente, quando os motivos apresentados pelo presidente poderão ser apreciados pelo plenário.
- E) No caso 5, o conselheiro deverá devolver o processo em apreciação, preferencialmente na mesma reunião plenária ou obrigatoriamente na reunião plenária ordinária subsequente, acompanhado de voto fundamentado, dispensado o relatório.

Questão 42

A Lei nº 12.378/2010 estabelece o conjunto de regras que orienta o exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil, abrangendo aspectos relacionados às atividades profissionais e às condutas exigidas dos seus agentes. A partir desse contexto, analise as situações hipotéticas a seguir.

- **Caso 1:** Em determinado projeto de arquitetura e urbanismo desenvolvido em coautoria, é proposta a realização de alterações no trabalho originalmente elaborado pelos profissionais envolvidos.
- **Caso 2:** Em determinada obra, o autor do projeto original veio a falecer, inexistindo coautor, ocasião em que se cogita a realização de alterações no trabalho originalmente concebido.
- **Caso 3:** Em determinada obra de sua autoria, verificou-se que o arquiteto M. não participou de alteração nela realizada.
- **Caso 4:** Alteração em projeto foi concebida por profissional distinto do autor original, havendo manifestação expressa deste em sentido contrário ao reconhecimento de coautoria.
- **Caso 5:** J., arquiteto e urbanista, busca comprovar autoria e constituir acervo técnico relativo a seus projetos.

Com base nos dispositivos da legislação em tela, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No caso 1, salvo pactuação em contrário, será necessária a concordância de todos os coautores.
- B) No caso 2, as alterações poderão ser feitas por outro profissional habilitado, independentemente de autorização, que assumirá a responsabilidade pelo projeto modificado.
- C) No caso 3, é obrigatório o registro de laudo no CAU de seu domicílio, com o objetivo de garantir a autoria e determinar os limites de sua responsabilidade.
- D) No caso 4, a autoria da obra passará a ser apenas do profissional que houver efetuado as alterações.
- E) No caso 5, deverá ser efetuado o registro de seus projetos e demais trabalhos técnicos ou de criação no CAU do ente da Federação em que atua.

Questão 43

As normas que disciplinam as competências das comissões ordinárias e especiais do CAU/CE estabelecem atribuições específicas relacionadas ao exercício profissional, ensino, organização administrativa, política urbana e ambiental, bem como regras de eleição dos coordenadores. Com base nas normativas do Regimento Interno do CAU/CE, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O quórum para instalação e funcionamento de reuniões de comissões ordinárias e especiais corresponde a um terço de seus membros.
- B) Compete à Comissão de Organização, Planejamento, Administração e Finanças do CAU/CE deliberar sobre o Regimento Interno do CAU/CE e suas alterações.
- C) As reuniões extraordinárias das comissões não poderão ocorrer em horário coincidente ao horário de reunião plenária, excetuando-se os casos de urgência, mediante autorização do Plenário.
- D) Compete à Comissão de Ensino e Formação do CAU/CE deliberar sobre requerimentos de registros temporários de profissionais estrangeiros sem sede no país, para homologação no Plenário do CAU/BR.
- E) Os coordenadores e os coordenadores-adjuntos de comissões ordinárias e especiais serão eleitos pelo Plenário. Em caso de empate na votação, será realizado um segundo turno de discussão e votação entre os dois mais votados e, persistindo o empate, será declarado eleito o candidato com o registro mais antigo.

Questão 44

A Resolução CAU/BR nº 193/2020, com suas atualizações, estabelece regras sobre a cobrança de anuidades, bem como sobre hipóteses de isenção, concessão de reduções, prorrogação de vencimentos e parcelamento de débitos, fixando critérios para a regularização de obrigações e a formalização de acordos de pagamento. Em conformidade com as disposições da norma em tela, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Haverá ressarcimento proporcional da anuidade nos casos de interrupção ou cancelamento do registro por pedido de desligamento ou baixa de ofício do registro da pessoa jurídica pelo CAU/UF.
- B) No momento da negociação dos débitos em atraso, o arquiteto e urbanista ou o responsável legal da pessoa jurídica deverá assinar presencialmente o Termo de Reconhecimento e de Confissão de Dívida.
- C) Não é exigido o pagamento de anuidade de pessoas jurídicas de direito público, salvo se, em conformidade com as normas de criação e regulação, tiverem atividade básica ou prestarem serviços a terceiros nas áreas de arquitetura ou urbanismo.
- D) As datas de vencimento da anuidade de pessoa física poderão ser, diante de situações excepcionais, prorrogadas por até noventa dias, mediante requerimento, a ser analisado pelo CAU/UF, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por meio de novo requerimento.
- E) O parcelamento dos valores de anuidades, quando vencidos, poderá ser realizado em até doze parcelas, exigindo pagamento inicial mínimo de dez por cento do valor total da dívida atualizada, sendo que as parcelas não poderão ter valor inferior a vinte por cento do valor da anuidade do exercício corrente.

Questão 45

O Regimento Geral do CAU, instituído pela Resolução CAU/BR nº 139/2017, estabelece diretrizes gerais sobre a estrutura, o funcionamento e a organização interna dos órgãos que compõem o Conselho. À luz da previsão regimental, analise os casos hipotéticos a seguir.

- I. O presidente de determinada autarquia, ao instituir grupo de trabalho para atender demanda específica e de caráter temporário, poderá incluir em sua composição conselheiros, desde que suplentes e mediante comprovada necessidade administrativa.
- II. J., arquiteto e urbanista, foi eleito para exercer o cargo de conselheiro titular, com mandato de três anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e encerrando-se em 31 de dezembro do terceiro ano.
- III. M., arquiteto e urbanista, que já exerceu dois mandatos sucessivos como conselheiro na condição de suplente em conselho estadual, foi impedido de ocupar novamente o cargo de conselheiro no mesmo conselho.
- IV. O conselheiro T., ao pretender se licenciar de suas funções, comunica o fato por escrito ao presidente da respectiva autarquia, informando o período de duração da licença, com a possibilidade de suspendê-la a qualquer tempo, ainda que já tenha havido a convocação de suplente de conselheiro.
- V. O conselheiro M., regularmente convocado para reuniões no âmbito de sua autarquia, deixa de comparecer, sem justificativa, a três reuniões no curso do mesmo ano civil, hipótese em que poderá perder o mandato, caso não apresente justificativa no prazo de até cinco dias úteis após a reunião.

A partir do Regimento Geral do CAU, instituído pela Resolução CAU/BR nº 139/2017, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I e V, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e V, apenas.
- E) III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 46

A adequada fiscalização das licitações e contratos administrativos constitui elemento essencial para a preservação do interesse público, na medida em que permite não apenas a verificação da legalidade dos atos praticados, mas também a avaliação de sua economicidade, eficiência e aderência às finalidades públicas. Diante do exposto, a respeito do controle das contratações públicas nos termos da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, além de estar em subordinadas ao controle social.
- II. Na fiscalização de controle sobre as contratações públicas serão adotados procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle, de modo a evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados.
- III. Ao ser intimado da ordem de suspensão cautelar do processo licitatório pelo Tribunal de Contas, o órgão ou a entidade deverá, no prazo de dez dias úteis, admitida a prorrogação, informar as medidas adotadas para cumprimento da decisão, prestar todas as informações cabíveis e proceder à apuração de responsabilidade, se for o caso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 47

O regime jurídico das autarquias, enquanto entidades integrantes da Administração Pública indireta, apresenta peculiaridades relevantes quanto à sua criação, organização, patrimônio, responsabilidade e forma de atuação, sendo disciplinado principalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação infraconstitucional. O correto entendimento dessas características é essencial para a compreensão do modelo descentralizado de prestação administrativa adotado no Brasil. Considerando esse contexto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As autarquias são pessoas de direito público, com capacidade de auto-organização, criadas para explorar atividade econômica que sejam de interesse do Estado.
- () Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os Conselhos de Fiscalização Profissional, com exceção da Ordem dos Advogados do Brasil, possuem natureza autárquica.
- () As associações públicas criadas por meio do consórcio público integram a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.
- E) F, F, F.

Questão 48

Determinado Estado da Federação pretende contratar, sem licitação, uma empresa para realizar estudos técnicos e modelagem econômico-financeira voltados à estruturação de uma concessão de rodovia estadual. Para tanto, justificou a inexigibilidade com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, afirmando que a empresa escolhida possui notória especialização comprovada por relevantes trabalhos anteriores e equipe altamente qualificada. Contudo, verificou-se que parte significativa das atividades previstas no contrato seria executada por outra empresa subcontratada, que não foi mencionada na justificativa inicial da inexigibilidade. Além disso, o objeto inclui também a elaboração de peças de divulgação institucional do projeto. Diante desse cenário, é correto afirmar que a inexigibilidade é:

- A) Válida, desde que haja justificativa de preço, sendo irrelevante a natureza dos serviços acessórios incluídos no contrato.
- B) Inválida, apenas porque não houve comprovação de exclusividade da empresa contratada mediante atestado formal.
- C) Inválida, porque serviços técnicos especializados não podem ser contratados diretamente, devendo sempre ser precedidos de licitação.
- D) Válida, porque a notória especialização da empresa contratada afasta qualquer limitação quanto à subcontratação de terceiros para execução do objeto.
- E) Inválida, pois, embora possível para serviços técnicos especializados com notória especialização, é vedada a subcontratação de terceiros não indicados na justificativa, bem como a inclusão de serviços de publicidade no objeto contratado.

Questão 49

No âmbito de um órgão da Administração Pública federal, o Ministro de Estado delegou parte de sua competência a um secretário, incluindo a prática de atos decisórios em processos administrativos e a edição de Portarias Normativas. O ato de delegação foi devidamente publicado, especificando limites, duração e objetivos. Posteriormente, o secretário, com base na delegação recebida, decidiu recurso administrativo interposto por particular e editou ato normativo interno. À luz do caso narrado e do regime jurídico do poder hierárquico, assinale a afirmativa correta.

- A) A delegação é irretratável durante o prazo fixado no ato, não podendo ser revogada antes de seu término.
- B) As decisões proferidas por delegação devem ser consideradas como editadas pela autoridade delegante, e não pelo delegado.
- C) A delegação, uma vez realizada, transfere definitivamente a competência ao delegado, que passa a exercê-la em caráter exclusivo.
- D) A delegação é inválida, pois a competência administrativa é irrenunciável e, portanto, não pode ser objeto de delegação em nenhuma hipótese.
- E) A decisão de recurso administrativo e a edição de ato normativo pelo secretário são inválidas, ainda que haja delegação, por se tratarem de matérias indelegáveis.

Questão 50

Os serviços públicos, enquanto atividades destinadas à satisfação de necessidades coletivas, ocupam posição central no direito administrativo, sendo regidos por um conjunto de normas e diretrizes que asseguram sua adequada prestação, como a continuidade, universalidade, eficiência e modicidade. A disciplina jurídica do tema, delineada pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação infraconstitucional, estabelece direitos dos usuários e deveres do poder público, conformando um regime jurídico próprio que busca equilibrar interesse público e garantias individuais. Considerando esse contexto normativo e doutrinário sobre os serviços públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. No tocante ao conceito de serviço público, a doutrina aponta que ele é composto de três elementos ou critérios: o orgânico ou subjetivo; o formal; e o material.
- II. A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- III. A permissão de serviço público transfere ao particular a titularidade do serviço, que passa a ser exercido em nome próprio.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 51

Uma autarquia pública federal implementou melhorias em sua gestão institucional, envolvendo definição de metas, coordenação de equipes, organização dos fluxos informacionais e acompanhamento sistemático de resultados. Considerando os elementos do processo organizacional, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Planejamento.
2. Direção.
3. Comunicação.
4. Controle.
5. Avaliação.

- () Definição de objetivos institucionais, estabelecimento de indicadores e elaboração de planos de ação.
- () Orientação das equipes, coordenação das atividades e acompanhamento da execução pelos gestores.
- () Estruturação de canais formais para circulação de informações entre setores organizacionais.
- () Monitoramento dos resultados com base em padrões estabelecidos e comparação com metas.
- () Análise dos resultados institucionais com foco em aperfeiçoamento contínuo e revisão de estratégias.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4, 5.
- B) 2, 1, 3, 5, 4.
- C) 3, 2, 4, 1, 5.
- D) 1, 3, 2, 4, 5.
- E) 5, 4, 3, 2, 1.

Questão 52

“A gestão de _____ pressupõe a identificação, o mapeamento, a análise e o redesenho dos fluxos de trabalho, com foco na geração de resultados institucionais. Ela consiste na abordagem gerencial que estrutura as atividades organizacionais de forma transversal, orientada por fluxos de trabalho interfuncionais, com foco na melhoria contínua e na entrega de valor ao usuário dos serviços públicos.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) pessoas
- B) projetos
- C) processos
- D) qualidade
- E) desempenho

Questão 53

Uma autarquia pública federal responsável pela regulação de serviços essenciais promoveu reestruturação organizacional com o objetivo de ampliar a integração entre áreas técnicas e melhorar a execução de projetos estratégicos. Para tanto, manteve departamentos especializados por função (como jurídico, financeiro e técnico) e instituiu equipes multidisciplinares temporárias, vinculadas a projetos específicos, cujos integrantes permanecem formalmente lotados em suas unidades de origem, respondendo simultaneamente a gestores funcionais e a gerentes de projeto, com definição prévia de responsabilidades e mecanismos formais de coordenação. Considerando as características das estruturas organizacionais formais modernas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O arranjo descrito caracteriza estrutura matricial, ao integrar a departamentalização funcional com a organização orientada a projetos, mantendo vínculos simultâneos de subordinação.
- II. A coexistência de autoridade funcional e de projeto demanda mecanismos formais de coordenação, em razão do potencial de conflitos decorrentes da dualidade de comando.
- III. A estrutura funcional permanece como base da organização, coexistindo com as equipes de projetos no arranjo adotado.
- IV. A formação de equipes multidisciplinares em estruturas matriciais contribui para a integração de conhecimentos especializados e para o enfrentamento de demandas organizacionais complexas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 54

A respeito das relações entre indivíduos e organização, analise as afirmativas a seguir.

- I. Empatia, comunicação eficiente, autoconsciência, controle emocional e relacionamento sadio entre os membros da organização são fatores que compõem o rol das competências emocionais das equipes em uma organização.
- II. Os indivíduos se relacionam uns com os outros basicamente em dois níveis: cognitivo e socioemocional. Por isso, um grupo se torna uma equipe naturalmente, por decurso de prazo.
- III. Nas relações entre indivíduos e organização, não há que se falar em sinergia, pois as competências emocionais têm primazia e são muito mais importantes que fatores técnicos e cognitivos.
- IV. Quanto aos aspectos relacionados às tomadas de decisões em uma organização, as decisões em grupo costumam ser mais demoradas. Contudo, nesses casos, implementar o que foi decidido normalmente é mais rápido e fácil do que nos casos em que as decisões vêm de cima para baixo.
- V. A composição das equipes é um ponto-chave nas relações indivíduos/organização. Quanto mais multifuncionais forem as pessoas, pior. Por outro lado, é salutar haver consideráveis diferenças técnicas entre os membros da equipe, senão torna-se difícil manter a sinergia.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e V.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) IV e V.
- E) III e IV.

Questão 55

Considerando que é de suma importância identificar qual a influência do comportamento organizacional no sucesso ou no fracasso das organizações, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Uma das mais conhecidas teorias sobre motivação dentro de uma organização é a Teoria da Hierarquia das Necessidades, a qual afirma que os seres humanos possuem necessidades ordenadas hierarquicamente que precisam ser satisfeitas.
- B) Um importante elemento do comportamento organizacional diz respeito à liderança, que traz questões sobre como formar bons líderes e quais as características que bons líderes devem possuir para que as organizações atinjam seus propósitos.
- C) O mais importante elemento a ser considerado no estudo do comportamento organizacional é a remuneração, pois, em quaisquer circunstâncias, ela é capaz de fazer com que os indivíduos trabalhem com entusiasmo para a realização de suas tarefas.
- D) No comportamento organizacional, é importante se atentar para as percepções e atitudes dos indivíduos, pois estão relacionadas à forma como os indivíduos percebem os outros na organização e como eles reagem às percepções dos demais sobre eles mesmos.
- E) O estudo do comportamento organizacional se dedica a compreender o impacto que os indivíduos, os grupos e a estrutura da organização têm sobre o comportamento dentro das organizações, com o propósito de utilizar esse conhecimento para promover a melhoria organizacional.

Questão 56

Uma autarquia pública federal, responsável pela gestão de infraestrutura tecnológica, identificou a necessidade de aquisição de equipamentos de informática para modernizar seus serviços. A equipe de compras buscou assegurar a conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas. Considerando o processo de compras no setor público, trata-se de conduta correta da equipe de compras:

- A) Estruturar o processo de compra com foco na rapidez da contratação, priorizando a redução de etapas procedimentais.
- B) Realizar a aquisição com base na estimativa de consumo futuro, priorizando a formação de estoques elevados para evitar desabastecimento.
- C) Definir previamente a marca dos equipamentos como parâmetro de qualidade, com o objetivo de garantir padronização e desempenho tecnológico.
- D) Adotar critérios de julgamento baseados na experiência prévia do fornecedor com a Administração Pública, visando maior segurança na execução contratual.
- E) Elaborar o termo de referência com base em especificações técnicas claras e funcionais, fundamentadas em estudo técnico preliminar e alinhadas às necessidades institucionais.

Questão 57

No contexto da administração de recursos materiais no setor público, as atividades de recebimento e armazenagem constituem etapas distintas e complementares do ciclo logístico, contribuindo para a adequada gestão dos estoques e para a eficiência operacional. Com base nesses aspectos, analise as assertivas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “O recebimento de materiais envolve a conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, bem como a verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas no processo de aquisição.”

PORQUE

- II. “A armazenagem adequada dos materiais compreende a organização física dos estoques com base em critérios como rotatividade, características dos itens e condições ambientais, contribuindo para a preservação e o acesso eficiente aos bens ao longo do tempo.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e II são falsas.
- B) A afirmativa I é falsa; a II é verdadeira.
- C) A afirmativa I é verdadeira; a II é falsa.
- D) As afirmativas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
- E) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

Questão 58

Analisar os conceitos a seguir.

- I. Conjunto de características que definem a natureza de um documento conforme sua função e atividade que o gerou.
- II. Conjunto de medidas e estratégias voltadas à proteção do documento contra danos e deterioração ao longo do tempo.
- III. Conjunto de intervenções realizadas com o objetivo de estabilizar ou reparar danos já existentes em documentos.
- IV. Material no qual a informação é registrada, como papel, filme ou meio digital.
- V. Procedimento que consiste na destinação de documentos do arquivo intermediário para guarda definitiva.

Assinale a correspondência correta.

- A) I. Gênero documental II. Restauração III. Preservação IV. Espécie V. Recolhimento.
- B) I. Gênero documental II. Conservação III. Preservação IV. Espécie V. Transferência.
- C) I. Tipologia documental II. Preservação III. Restauração IV. Suporte V. Recolhimento.
- D) I. Tipologia documental II. Conservação III. Restauração IV. Suporte V. Transferência.
- E) I. Espécie documental II. Preservação III. Conservação IV. Tipologia documental V. Registro.

Questão 59

No setor administrativo de um CAU/UF, os documentos recebidos, como requerimentos de registro profissional e processos administrativos, passam por etapas de registro, classificação e encaminhamento, seguindo práticas de gestão documental. Com base nos princípios da arquivologia, assinale a afirmativa correta.

- A) Arquivos intermediários são formados por documentos de valor histórico reconhecido.
- B) A eliminação de documentos acontece no arquivo permanente, após a microfilmagem.
- C) A avaliação de documentos consiste na organização física dos documentos conforme sua ordem de chegada.
- D) Arquivos correntes reúnem documentos que já cumpriram sua função administrativa e aguardam destinação final.
- E) O protocolo atua no controle do recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos no âmbito institucional.

Questão 60

Uma autarquia pública federal instituiu um grupo de trabalho para revisar seus processos internos. Durante as reuniões, observou-se que parte dos integrantes demonstrava resistência às contribuições dos colegas, reagindo com justificativas imediatas às críticas, enquanto outros membros ouviam atentamente, solicitavam esclarecimentos e incorporavam sugestões ao desenvolvimento das atividades. Diante desse contexto, a coordenação do grupo buscou incentivar comportamentos que favorecessem a cooperação, a confiança e a melhoria do desempenho coletivo. Considerando os conceitos de comportamento receptivo e defensivo no trabalho em equipe, a conduta que melhor contribui para o aprimoramento das interações no grupo é:

- A) Estruturar as discussões com base na experiência individual dos membros, reforçando a especialização técnica de cada participante.
- B) Conduzir as reuniões com foco na definição de responsabilidades individuais, visando maior controle sobre a execução das atividades.
- C) Priorizar a rapidez nas decisões do grupo, com foco na objetividade das reuniões e na redução de debates sobre as propostas apresentadas.
- D) Valorizar a escuta ativa, buscar compreender os diferentes pontos de vista e utilizar o *feedback* como instrumento de aperfeiçoamento coletivo.
- E) Apresentar argumentos de forma assertiva, com ênfase na defesa das próprias ideias e na manutenção das posições previamente estabelecidas.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



